O IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS E A CRIMINALIZAÇÃO DO NÃO PAGAMENTO

Larissa Soares Rodrigues¹, Paulo Roberto Mendes da Silva².

Resumo

Este trabalho procura fazer uma análise da importância do imposto sobre a circulação de mercadorias, prestações de serviços e as consequências do não pagamento deste. Demonstrando assim que o ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) é uma das espécies de impostos estaduais que está prevista na Constituição Federal de 1988, sendo o mais citado no ordenamento jurídico, e regulamentado pela Lei Kandir (lei complementar 87/1996). O imposto incide quando um produto ou serviço tributável circula entre as cidades, os estados ou de pessoas jurídicas para pessoas físicas ou ainda que estas operações ou prestações sejam iniciadas no exterior. A pesquisa se concentrou na origem desse imposto, no conceito, nos contribuintes, no impacto que ele pode causar na economia, dentre outras informações relativas. Aponta a relevância dele na sociedade e a criminalização do seu não recolhimento, tratando também dos problemas que podem surgir com a possível decisão de criminalizar os empresários inadimplentes. Para o desenvolvimento deste, foram consultados leis, artigos científicos, sites acadêmicos e a Constituição Federal. Na conclusão dessa pesquisa faz-se uma análise da importância socioeconômica do imposto na sociedade brasileira e, porque se constitui crime o não pagamento do mesmo.

Palavras-chave: Criminalização; ICMS; Tributos.

Data de submissão em: ____/____/____ Data de aprovação em: ____/____/____

1 INTRODUÇÃO

No Brasil a cobrança de tributos é pautada na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 145, e regulada pela lei nº 5.172 de 1966. Que institui o Código Tributário Nacional (CTN), onde são definidos os tributos, bem como sua arrecadação e destinação. Segundo o

¹ Acadêmica do 7º período de ciências contábeis a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ubá *e-mail*: larissauba12@gmail.com

² Professor orientador da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ubá *e-mail*: prmenandesilva62@gmail.com

CTN, tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. Os tributos são divididos em espécies que são os impostos, as taxas, as contribuições de melhoria e os empréstimos compulsórios e podem ser em qualquer nível da administração, quer seja Federal, Estadual ou Municipal.

De acordo com o CTN uma das espécies de tributo é o imposto, e aqui se trata a do Imposto sobre a circulação de bens e serviços (ICMS), que surgiu com a constituição de 1988 e veio para substituir o antigo Imposto sobre vendas e consignações (IVC) da constituição de 1934. O ICMS é um tributo estadual, cobrado sempre que são comercializados bens ou serviços de transporte interestadual e intermunicipal, bem como o de comunicação, ainda que as prestações se iniciem no exterior. E na prática atinge direta e indiretamente todas as pessoas físicas ou jurídicas que realizem de forma habitual ou em volume operações com mercadorias ou serviços que caracterize intuito comercial. Ele tem grande representatividade dentre todos os tributos arrecadados para os cofres públicos, sendo, portanto, a principal fonte de arrecadação de muitos estados, fazendo com que seja relevante para a economia destes. Dessa forma o seu não recolhimento representaria grande impacto nos principais serviços prestados à população, por isso é alvo de constantes debates públicos, inclusive considerando como crime o seu não recolhimento.

A criminalização é pautada no artigo 2º, II, da Lei nº 8.137/1990, que define como crime contra a ordem tributária nacional deixar de recolher, no prazo legal, o valor de tributo ou de contribuição social, sendo firmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em novembro de 2020, entendimentos de que se constitui infrator contribuinte que, de forma contumaz e com dolo de apropriação, deixa de recolher o ICMS cobrado do adquirente da mercadoria ou serviço.

O objetivo deste trabalho é mostrar a importância do ICMS na sociedade, como é feita a sua arrecadação, quem são os contribuintes, as consequências do não recolhimento do imposto. Relatar a decisão dos ministros sobre a criminalização e os problemas decorrentes da decisão do Supremo Tribunal Federal.

2 HISTÓRICO TRIBUTÁRIO NO BRASIL

O histórico dos tributos no Brasil teve início com a colonização, onde os colonizadores impunham a cobrança dos tributos à população, cobrando o quinto, que era o imposto da época, sobre a exploração do Ouro. Ele era pago à coroa por todos os tesouros ou descobertas no Brasil e a forma de pagamento era em espécie, uma vez que não havia circulação de moeda na colônia. Os fiscais da época eram os servidores da coroa, em terras brasileiras, denominados de “rendeiros” e seus auxiliares. Com a instalação das capitanias hereditárias (sistema administrativo implantado pela Coroa Portuguesa no Brasil), novos impostos surgiram geralmente cobrados e pagos em espécies, incidindo sobre o pau-brasil, metais, pedras preciosas, pescados, colheitas e produtos fabricados, instituídos por meio de atos dos reis de Portugal.³

O sistema de divisão administrativa por ordem do rei português D. João III, não teve sucesso, e a baixa arrecadação fiscal, levou o reino português a instituir uma administração centralizada na colônia, instalando o Governo Geral. Com duas diferentes formas de arrecadação, a primeira era as rendas da real fazenda, que incidia sobre o comércio, direitos das alfândegas, quinto dos metais, pedras preciosas e a dízima. A segunda forma de arrecadar os tributos era chamada de renda do Governo Geral, incidia sobre o monopólio de qualquer engenho, direitos de passagem dos rios, direitos dos escravos, o quinto do pau-brasil, e contribuições que permaneciam sendo cobradas e pagas *in natura*, pois não havia a existência da moeda.⁴

Com a chegada da família Bragança ao país e a posterior transformação do Brasil em capital do reino, ocorreram significativas transformações na então colônia, que a partir daí passou a figurar no cenário econômico internacional, através de medidas que trouxeram maior visibilidade, como, por exemplo, a abertura dos portos a nações amigas. Destacando-se na parte econômica nas negociações de compra e venda com a instituição de moedas de ouro, prata e cobre. A primeira Constituição Brasileira foi outorgada em março de 1824, denominada de Constituição Política do Império do Brasil, que em suas escrituras consagrava o Brasil, uma nação livre e independente, e sua forma de governo era a monarquia hereditária, constitucional

³MORAES, Bernardo R. Compêndio de Direito Tributário. Rio de Janeiro: Forense, 2000. 6 ed.p. 108

⁴MATOS Maria Lúcia Bastos Saraiva. A evolução histórica do direito tributário. Descrição histórica do Direito Tributário, sua evolução e surgimento de alguns tributos até a Constituição de 88.disponível em <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3931/A-evolucao-historica-do-Direito-Tributario>

e representativa, e o poder político era exercido por quatro unidades de poderes o Legislativo, Executivo, Judiciário e o Moderador.

Na constituição de 1824, já se destacavam princípios do direito tributário da legalidade que decretava que nenhum cidadão seria obrigado a fazer ou deixar de fazer algo senão por lei. E o princípio da irretroatividade ao dispor que nenhuma disposição legal poderia produzir efeito retroativo.

De acordo com Maria Lucia Bastos Saraiva Matos em seu artigo sobre a evolução histórica do direito tributário (2007)

Mas especificamente em Direito Tributário, destaca-se a letra da carta magna que ninguém será isento de contribuir com as despesas do Estado e definia também que: a iniciativa sobre impostos era privativa da Câmara dos Deputados, que as contribuições diretas seriam estabelecidas anualmente pela Assembléia Geral, o Tesouro Nacional administraria a área e cuidaria da arrecadação e da contabilidade, cada província teria a sua Assembléia Legislativa para legislar sobre a repartição da contribuição direta pelos municípios, bem como a fiscalização do uso de suas rendas.⁵

A proclamação da República para governo em 1889, trouxe a desvinculação do Estado com igreja, proporcionando significativas reduções de despesas. Com a criação da nova constituição de 1891, foi consagrado o federalismo para estado e no âmbito tributário fixou a competência fiscal da União e dos Estados, estabelecendo concorrência tributária entre União e Estado e a exclusão do município da competência fiscal, sujeitando-os à do Estado.

A constituição de 1934 teve como objetivo o aperfeiçoamento da discriminação de tributos por competência, ampliando o elenco dos tributos da União contemplando os estados com impostos sobre vendas e consignações, e os municípios com impostos privativos definidos, vedando a bitributação e a impossibilidade do exercício cumulativo de competências. Já a constituição de 1946, estabelecia a transferência dos impostos das indústrias para os municípios. Com isso, os municípios começaram a participar das arrecadações de diversos tributos.

A atual Constituição de 1988 trouxe um aperfeiçoamento evolutivo para o Brasil onde se estabelece princípios gerais de tributação e ampliando as limitações do poder de tributar e da distribuição da competência tributária.

⁵MATOS Maria Lúcia Bastos Saraiva. A evolução histórica do direito tributário. Descrição histórica do Direito Tributário, sua evolução e surgimento de alguns tributos até a Constituição de 88. disponível em <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3931/A-evolucao-historica-do-Direito-Tributario>

3 IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O ICMS surgiu a partir do antigo IVC, que foi inserido na constituição de 1934. Por meio desse imposto a venda efetuada era considerada como um fato gerador diferente, em todas as incidências das fases de circulação (YAMAOKA, 2014). Com a reforma tributária de 1965, o Imposto sobre circulação de mercadorias (ICM) passou a permitir mudança na cobrança do tributo de acordo com o produto, fato que deu início a chamada guerra fiscal entre os estados, pois o IVC não tinha uniformidade nas cobranças, permitindo que os entes federativos aumentassem ou diminuíssem as alíquotas quando desejassem ser mais competitivos em determinado setor, dessa forma gerava disparidades econômicas entre eles. (COELHO, 1994)

Desde a Emenda nº 18/65 à Constituição de 46, após o movimento militar de 1964, quando se intentou, simultaneamente, a racionalização do sistema tributário (Emenda nº 18) e a codificação do Direito Tributário (CTN), que o ICM, agora ICMS, vem se apresentando como imposto problemático, tomado de enfermidades descaracterizou. À época do movimento militar de 1964, receptivo às críticas dos juristas e economistas que viam no imposto sobre vendas e consignações dos Estados (IVC) um tributo avelhantado, 'em cascata', propiciador de inflação, verticalizado da atividade econômica, impeditivo do desenvolvimento da federação e tecnicamente incorreto, resolveu-se substituí-lo por imposto 'não cumulativo', que tivesse como fatos jurídicos não mais 'negócios jurídicos', mas a realidade econômica das operações promotoras da circulação de mercadorias e serviços, no país, como um todo.

Criado para satisfazer as necessidades financeiras dos estados menos favorecidos, o grande problema é que o ICM não amenizou os conflitos federativos como foi proposto inicialmente.

Segundo Costa (1999), o ICMS é um dos impostos que mais gera arrecadação no Brasil e com maior influência, a atual constituição foi generosa em seu tratamento. Ele garante a renda para a manutenção dos estados e do distrito federal, somente esses órgãos têm a competência para instituí-lo. Sendo que, cada estado tem sua alíquota, com o objetivo de amenizar conflitos fiscais e atrair novos investimentos de forma a trazer mais equidade aos entes federativos.

Para a formação do ICMS, Borba (2006) afirma que foram unificados seis impostos existentes o imposto sobre circulação de mercadorias, imposto único sobre minerais, imposto

único sobre combustíveis líquidos e gasosos, Imposto sobre Transportes e Imposto sobre comunicações.

A união criou uma lei complementar sobre o ICMS, chamada lei Kandir 87/1996. Através dessa lei cada estado institui o tributo por alíquota, a qual é regulamentada por decretos que são aprovados por governadores. Com diversas qualificações, características e restrições constitucionais, sendo uma destas a não-cumulatividade. Possui um sistema de compensação de débitos e créditos o que ameniza o impacto do imposto na cadeia produtiva.

3.1 Circulações de mercadoria

A imposição do ICMS nas circulações de mercadorias ocorre quando o objeto de venda sai da titularidade jurídica de um para outro. A súmula 166 do STJ diz que “Não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte”.

Vale ressaltar que os bens não tangíveis estão inclusos na categoria de mercadoria de acordo com Alexandre (2015)

Atualmente não mais se pode afirmar que somente estão compreendidos no conceito de mercadoria os bens corpóreos (fisicamente tangíveis), uma vez que o Supremo Tribunal Federal entendeu que o ICMS incide sobre a comercialização de software, mesmo quando a aquisição é feita mediante transferência eletrônica de dados (download pela internet, por exemplo), sem que haja uma base física que caracterize o “corpus mechanicum da criação intelectual” (ADIMC 1.945/MT, red. p/ o acórdão Min. Gilmar Mendes, 26.05.2010).⁶

O art. 4º da LC 87/1996 em que se expressa que a realização da operação deve ser de forma habitual ou em volume que tenha o intuito comercial.

Art. 4º Contribuinte é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte

⁶ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário esquematizado. 9. ed. rev. atual e ampliada. Rio de Janeiro: Forense. São Paulo: Método, 2015.

interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.⁷

Nas circulações de energia elétrica incide o ICMS (art. 155, §3º da CF/88). Porém, nas prestações de serviços de água encanada não há incidência do imposto. Conforme o entendimento do STF

ICMS. Fornecimento de água tratada por concessionárias de serviço público. Não incidência. Ausência de fato gerador 1. O fornecimento de água potável por empresas concessionárias desse serviço público não é tributável por meio do ICMS. 2. As águas em estado natural são bens públicos e só podem ser exploradas por particulares mediante concessão, permissão ou autorização. 3. O fornecimento de água tratada à população por empresas concessionárias, permissionárias ou autorizadas não caracteriza uma operação de circulação de mercadoria.⁸

3.2 Os serviços tributados pelo ICMS

Os serviços que sofrem incidência de ICMS são os de transporte interestadual e intermunicipal, bem como o de comunicação, ainda que as prestações se iniciem no exterior. É constitucionalmente definido no art. 155, II, que incide sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

Art. 155, CF – Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

II – operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior (ICMS).

4 A IMPORTÂNCIA DO ICMS NA SOCIEDADE

De acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) o ICMS é o imposto que mais contribui para os cofres públicos, constituindo a principal fonte de financiamento dos estados brasileiros e do Distrito Federal. É o tributo que mais recursos arrecadam em todo o país. E um quarto de seu valor compõe o fundo de participação de seus municípios (FPM).

⁷ Artigo 4º da LC 87/1996. Disponível em planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp87.htm

⁸Supremo Tribunal Federal recurso extraordinário 607056 RJ. Disponível em: stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/23352732/recurso-extraordinario-re-607056-rj-stf

Corroborando com o IBPT, a revista exame do ano de 2016 traz dados acerca da arrecadação do ICMS nos estados e evidencia sua relevância para a economia destes por constituir grande fatia da arrecadação total. Segundo a reportagem, 25% do valor arrecadado com o imposto são repassados aos municípios e 75% destinado aos estados. Essa fatia da arrecadação é destinada à prestação de serviços à sociedade, como educação, saúde, segurança, custeio da máquina pública e outros serviços que visam o atendimento ao contribuinte.

De acordo com o site impostômetro de 01 de janeiro a 31 de maio de 2021, foi arrecadado valor de R\$1.080.446.889.482,31 em tributos no Brasil, e neste mesmo período o valor de R\$218.180.993.695,98 somente de ICMS total, o que representa 20% de toda a arrecadação tributária antes do fim do primeiro semestre. Isto demonstra a relevância desse imposto e o quanto ele se destaca dentre os demais.

5 OS CONTRIBUINTES

A lei Kandir (lei complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996) foi criada com o objetivo de dar maiores esclarecimentos em relação ao ICMS e facilitar o entendimento da constituição federal em relação ao imposto.

Art. 4º Contribuinte é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior. I – importe mercadorias ou bens do exterior, qualquer que seja a sua finalidade; II – seja destinatária de serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior; III – adquira em licitação mercadorias ou bens apreendidos ou abandonados; IV – adquira lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo e energia elétrica oriundos de outro Estado, quando não destinados à comercialização ou à industrialização.

Para Alexandre (2015), o fato de ter inscrição estadual ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) não caracteriza um contribuinte de ICMS, e sim o cumprimento de parâmetros estipulados do artigo 4º da lei Kandir, onde se destaca que contribuinte é aquele que tem habitualidade, ou seja, é quem compra e vende mercadoria com frequência, ou compra mercadoria em qualquer quantidade, caracterizando segundo a lei o intuito comercial, ou quando há importação de mercadorias do exterior, mesmo sem habitualidade ou destino

comercial nesses casos é considerado um contribuinte do ICMS. O estado que receberá o imposto é aquele onde se reside o destinatário do bem ou mercadoria.

6 DOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (lei nº8.137/90)

A lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, define os crimes contra a ordem tributária e contra as relações econômicas de consumo. O objetivo deste é analisar a conceituação de crime tipificado no artigo 2º, inciso II, pois o STF decidiu basear a decisão de criminalizar o não pagamento do ICMS declarado. Veja-se o texto da lei:

Art. 2º Constitui crime da mesma natureza:

[...]

II - deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos;

[...]

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.⁹

A decisão do STF estabelece que o contribuinte que agir de forma contumaz, e com dolo de apropriação, deixa de recolher ICMS cobrado do adquirente da mercadoria ou serviço, enquadra-se no tipo penal da lei nº 8.137. A pena prevista para o crime é de seis meses a dois anos de detenção, porém, serão suspensas mediante o pagamento da dívida ou pela adesão a programas de refinanciamento de dívidas (Refis).

7 A DECISÃO DO STF SOBRE CRIMINALIZAR O NÃO RECOLHIMENTO DO ICMS

O Supremo Tribunal Federal considerou crime tributário o fato de os empresários não repassarem ao governo após declarado o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços o ICMS. De acordo com a reportagem de André Richter – repórter da Agência Brasil.

Por 7 votos a 3, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, hoje (18), considerar crime o não pagamento do

⁹Artigo 2º da lei nº 8.137, de 27 de Dezembro de 1990. Dos crimes contra a ordem tributária Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18137.htm

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), devidamente declarado. O imposto é a principal fonte de receita dos estados, cobrado pela movimentação de mercadorias e serviços, devendo ser recolhido e repassado ao governo por uma empresa na venda de algum produto ou serviço.

Conforme a decisão, os responsáveis por empresas que não repassarem ao estado o valor recolhido de ICMS cobrado no preço de mercadorias poderão ser processados pelo crime de apropriação indébita tributária, com base no artigo 2º, inciso II, da Lei 8.137/90. “Antes da decisão, a falta de pagamento não era reconhecida como crime tributário, mas como simples inadimplemento do valor.

No dia 18 de dezembro de 2019, ocorreu decisão dos ministros, e estes votaram a favor de considerar crime o não recolhimento do ICMS declarado. A tese formulada com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) foi proposta pelo relator desse julgamento Luís Roberto Barroso. A tese considera crime contra a ordem tributária o não pagamento do ICMS embutido no preço dos produtos e serviços, quando essa prática for recorrente, insistente e também quando o empresário contribuinte se apropria indevidamente desse dinheiro do imposto que deveria ir para os cofres públicos.¹⁰

Contudo, de acordo com o entendimento, não serão todos os pagamentos punidos, serão necessárias condutas cumulativas com dolo e o não pagamento como estratégia de negócio. Segundo Costa (2020), para que o contribuinte seja punido, deverá ser provada a intenção de apropriação dos valores que deveriam ser repassados, assim como o intuito de lesar o fisco e, além disso, ser um devedor contumaz, que deixa de pagar o tributo para obter uma vantagem concorrencial.

7.1 Problemas decorrentes da decisão sobre a criminalização do ICMS

A decisão do STF é punir os contribuintes que utilizam o não pagamento como uma forma de benefício empresarial, e o desrespeito ao princípio da livre concorrência. Além disso, esse tipo de conduta priva o país de investimentos. No entanto, a prisão por dívida é vedada pela Constituição Federal no art. 5º, LXVII- não haverá prisão civil por dívida, salvo a do

¹⁰ Reportagem G1Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/18/por-7-votos-a-3-stf-decide-que-se-comprovado-dolo-e-crime-deixar-de-pagar-icms-declarado.ghtml>

responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel.¹¹

Segundo Costa (2020) o objetivo da decisão dos ministros é recompor os valores desviados, com base na lei nº 9.249 de 1995 no art. 34º “Extingue-se a punibilidade dos crimes definidos na Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e na Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, quando o agente promover o pagamento do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios, antes do recebimento da denúncia”.

Para Barroso (2019), Ministro do STF, a acusação criminal causará transtornos ao empresário que não pagar o ICMS declarado, mas não levará para a cadeia porque as penas previstas são baixas.

É praticamente impossível que alguém seja efetivamente preso por esse crime. A pena é bem baixa, de seis meses a dois anos. São cabíveis transação penal e suspensão condicional do processo, e, em caso de condenação, substituição [da prisão] por penas privativas de direito, disse.

O cidadão comum paga mais caro [pela mercadoria] para que o comerciante recolha esse tributo para a Fazenda estadual. Tenho dificuldade para entender que argumento legitimaria que o comerciante, que acresceu esse valor ao preço, pudesse não recolhê-lo ao Fisco. Os comerciantes são meros depositários desse ingresso de caixa que deve ser recolhido aos cofres públicos, afirmou.¹²

Assim sendo, para resgatar os valores não pagos aos governos estaduais, existem vários meios que podem ser utilizados para cobrança, como a execução fiscal, protesto, aplicação de multas e penhora de bens.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que o Imposto sobre circulação de mercadorias e prestações de serviços (ICMS), é um dos impostos mais importantes na fonte de renda fiscal dos estados e é

¹¹Costa, Andressa Sehn , autora do “vamos escrever para o arquivo?” 24 de Novembro de 2020. Disponível em:<https://arquivoi.com.br/blog/icms-criminalizacao-do-nao-recolhimento/>

¹²Redação Grupo Studio – STF forma maioria para criminalizar calote de ICMS Disponível em:<https://blog.grupostudio.com.br/studio-fiscal/stf-forma-maioria-para-criminalizar-calote-de-icms/>. Acesso em: 22 de abr. de 2021.

responsável por grande parte do financiamento da máquina pública, sendo por meio deste que o Governo mantém os serviços públicos à população como saúde, educação, segurança, saneamento básico, bem como urbanização de vilas, calçamento e habitação popular. Por isso, o não recolhimento representa grande impacto nos principais serviços prestados à população.

Entende-se também que o não recolhimento deste aos cofres públicos, não acarretaria prisão a quem sonega de forma intencional e contumaz, pelo impedimento da constituição federal de prisão civil por dívida, mas traz impeditivos de crédito e transações financeiras, tendo em vista que gera uma dívida ativa para com o Estado.

Referências

A origem da tributação no Brasil

Disponível em: <https://educacao.ibpt.com.br/blog/origem-da-tributacao-no-brasil>

Acesso: 01 de abr. de 2021.

ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário esquematizado. 9. ed. rev. atual e ampliada. Rio de Janeiro: Forense. São Paulo: Método, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

Balthazar, Ubaldo Cesar, **A resistência ao pagamento de Tributos no Brasil**

Disponível em: <https://www.fiscosoft.com.br>

Acesso: 02 de abr. de 2021.

BORBA, Claudio. Direito Tributário: Teoria e 1000 questões. 19. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

Código Tributário Nacional. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e Institui normas gerais de Direito Tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172compilado.htm
Acesso em: 17 de mar. de 2021.

Costa, Gustavo de Freitas Cavalcanti. **Federalismo e ICMS: reflexos tributários** Juruá, Editora 1999.

Costa, Andressa Sehn , autora do “**vamos escrever para o arquivêi**” 24 de Novembro de 2020. Disponível em: <https://arquivêi.com.br/blog/icms-criminalizacao-do-nao-recolhimento/#:~:text=Ao%20fim%20do%20julgamento%2C%20com,qualquer%20pagamento%20que%20ser%C3%A1%20punido>. Acesso em: 20 de abr. de 2021.

Enciclopédia Jurídica da PUCSP – **Conceito de Tributos.**

Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/276/edicao-1/tributos>
Acesso: 20 de mar. de 2021.

Fazenda e Planejamento- estado de São Paulo. – **O que é e como é investido o ICMS.** Disponível em: <https://portal.fazenda.sp.gov.br/Noticias/Paginas/O-que-%C3%A9-e-como-%C3%A9-investido-o-ICMS.aspx>. Acesso em: 22 de abr. de 2021.

Lei nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172compilado.htm

Acesso em: 17 de mar. de 2021.

Lei complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp87.htm

Acesso: 17 de mar. de 2021.

Lei nº 8.137, de 27 de Dezembro de 1990. **Dos crimes contra a ordem tributária**

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8137.htm

Acesso em: 21 de mar. de 2021.

LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/LCP/Lcp87.htm acesso: 09 de abr. de 2021.

LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8137.htm. Acesso: 21 de abr. de 2021.

LEI Nº 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995. Art. 34º Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9249.htm. Acesso em: 20 de abr. de 2021.

Matos, Maria Lúcia Bastos Saraiva. **A evolução histórica do direito tributário**. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3931/A-evolucao-historica-do-Direito-Tributario>
Acesso: 01 de abr. de 2021.

Modesto, Guto – **Impostos, Serviços, Tributos**. Disponível em: <https://www.globalfinanceiro.com.br/saiba-o-que-e-como-funciona-este-imposto-icms>.
Acesso: 12 de abr. de 2021.

MORAES, Bernardo R. **Compêndio de Direito Tributário**. Rio de Janeiro: Forense, 2000. 6 ed.p. 108

Rocha, Andre ítalo- **ICMS é tributo que mais contribui para os cofres públicos**. Revista Exame. Disponível em: <https://exame.com/economia/icms-e-tributo-que-mais-contribui-para-cofres-publicos/>
Acesso: 22 de abr. de 2021.

Richter, Andre - **repórter da agência Brasil- Brasília**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2019-12/stf-decide-que-nao-pagar-icms-e-crime>

Redação Grupo Studio – **STF forma maioria para criminalizar calote de ICMS** Disponível em: <https://blog.grupostudio.com.br/studio-fiscal/stf-forma-maioria-para-criminalizar-calote-de-icms/>

Rosanne D'Agostino e Mariana Oliveira, G1 e TV Globo — Brasília 18 de Dezembro de 2019.

Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/18/por-7-votos-a-3-stf-decide-que-se-comprovado-dolo-e-crime-deixar-de-pagar-icms-declarado.ghtml>

STF(supremo tribunal federal) **Recurso extraordinário 607056 RJ**. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/23275453/recurso-extraordinario-re-607056-rj-stf>. Acesso em: 20 de abr. de 2021.

Santo Kleber – sócio diretor – tributário da MF contadores - **Evolução do ICMS**
Citando COELHO, Sacha Calmon Navarro em seu artigo. Disponível em: <https://busca.legal/evolucao-do-icms/https://busca.legal/evolucao-do-icms/>
Acesso: 07 de abr. de 2021.

Yamao, Celina. **A história do imposto sobre circulação de mercadorias: do IVM ao ICMS** Revista Jurídica -UNICURITIBA. Disponível em: revista.unicuritiba.edu.br
Acesso: 05 de abr. de 2021.